

PODER

Praça fechada aos protestos

Moraes limita acesso após PGR perceber agitação nas redes a partir de acampamento de deputado bolsonarista em frente ao STF

» VANILSON OLIVEIRA
» FABIO GRECCHI

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou a proibição de qualquer tipo de manifestação ou acampamento num raio de 1km da Praça dos Três Poderes, da Esplanada e das áreas em frente aos quartéis. O motivo foi o gesto do deputado federal Hélio Lopes (PL-RJ), que montou uma barraca em frente do STF em protesto contra decisões da Corte relacionadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro. O parlamentar recebeu a solidariedade do também deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) e do desembargador aposentado Sebastião Coelho, que se juntaram à manifestação. Pelas redes sociais, uma carreta estava sendo convocada para hoje, cujo destino final seria a Praça dos Três Poderes.

A decisão do ministro atendeu à representação da Procuradoria-Geral da República. A PGR e Moraes consideraram que a manifestação chefiada por Lopes e Chrisóstomo era uma tentativa de intimidação à Corte devido às punições impostas a Bolsonaro — e que poderiam ensejar à repetição das ocorrências de 8 de janeiro de 2023. Tanto que, na ordem, o magistrado anexou publicação de um perfil no X que, às 19h35, fez a seguinte postagem: “Está pegando tração na Praça dos Três Poderes. Mais barracas chegando”.

“Na presente hipótese, o exercício dos direitos de reunião e manifestação é reivindicado com o confessado propósito de repetir os ilegais e golpistas acampamentos realizados na frente dos quartéis do Exército, para subverter a ordem democrática e inviabilizar o funcionamento das instituições republicanas, em especial o Supremo

Reprodução de vídeo



Lopes e Chrisóstomo (à direita, parcialmente encoberto) deixaram a praça logo que souberam que seriam presos se descumprissem a ordem do ministro

Tribunal Federal. Não há outra interpretação a ser extraída da tentativa de repetição da ilegal ocupação de vias públicas a acampamentos golpistas realizados na frente do Exército brasileiro e das condutas golpistas lamentáveis praticadas na Praça dos Três Poderes”, salientou Moraes. A decisão foi tomada no âmbito do Inquérito 4.781, que apura a atuação de milícias digitais, disseminação de fake news e organização de atos antidemocráticos.

Moraes também autorizou a prisão em flagrante por desobediência ou resistência, caso os bolsonaristas

insistissem em permanecer no local após serem notificados. Por terem sido intimados a cumprir a ordem, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, e o secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, compareceram pessoalmente à Praça dos Três Poderes para colocar fim à possibilidade de haver uma concentração de apoiadores de Bolsonaro. Chegaram ao local por volta da meia-noite e meia de ontem e avisaram aos deputados que poderiam ser presos caso descumprissem a determinação de Moraes. Não houve resistência.

“Em complemento à decisão anterior, pelos mesmos fundamentos, para garantir a segurança pública e evitar novos eventos criminosos semelhantes aos atos golpistas ocorridos em 8/1/2023, determino a proibição de qualquer acampamento em um raio de 1km da Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios e, obviamente, em frente aos quartéis das Forças Armadas”, disse o ministro. Na manhã de ontem, a região amanheceu com policiamento ostensivo, barreiras físicas e acesso restrito aos prédios do Congresso, do STF e do Palácio do Planalto.

No X (antigo Twitter), Chrisóstomo protestou. “A decisão do pedido do ministro Alexandre de Moraes é totalmente inconstitucional. A Constituição Federal foi revogada e não estou sabendo...”. Da mesma forma, Sebastião Coelho criticou Moraes e, em vídeo publicado no Instagram pessoal, disse que “estranhou muito” que Ibaneis cumprisse a ordem do ministro. Já o líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RI), fez uma provocação no X: “Saudades de quando a nossa Justiça era cega. Não careca”.

Parlamentar é arrolado com filho 03

O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes determinou que um pedido para investigação do deputado Filipe Barros (PL-PR) seja juntado aos autos do inquérito que mira o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) por supostos crimes de coação no curso do processo, obstrução de investigação sobre organização criminosa e abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

A movimentação não implica na automática investigação do parlamentar. Significa, porém, que o teor da notícia-crime será analisado no bojo do inquérito que trata de fatos semelhantes. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, deve se manifestar sobre a solicitação antes de uma eventual inclusão do parlamentar no inquérito.

A notícia-crime foi apresentada ao STF pelo advogado Benedito Silva Junior, que imputou a Filipe suposto crime contra a soberania nacional. A base da petição é uma notícia sobre uma viagem que o parlamentar, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, fez aos Estados Unidos em maio — quando teria tido reuniões com Eduardo Bolsonaro e um congressista norte-americano para tratar de eventuais sanções a Moraes.

O advogado sustenta que o deputado bolsonarista teria participado de “articulações para comprometer a independência do Judiciário e submeter decisões judiciais nacionais à influência de um governo estrangeiro”.

50 ANOS DE

RESPEITO

AO CLIENTE



4 SUÍTES NO NOROESTE

Edmond Barcat
311 SQNWEM CONSTRUÇÃO
28% CONCLUÍDA

4 Quartos

153 a 162 m²
3 vagas de garagem

Cob. Duplex

301 a 310 m²
4 vagas de garagem

LAZER COMPLETO

EMPRESA FILIADA A
ADEMIS

3326.2222

www.paulooctavio.com.br

CORRETORES DE
PLANTÃO NO LOCAL
NOROESTE
SLNW 2/3

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS

208/209 NORTE
Rua 33 Sul Lote 7ÁGUAS CLARAS
CLNW 2/3GUARÁ II
QI 23 Lote 5SMAS
Trecho 3, Lote 7

50

Paulo Octavio

1975 | 2025